



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

**CÂMARA MUNICIPAL**

Aprovado

O Presidente da Câmara Municipal

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A CASA DE ARTES E CULTURA DO  
TEJO

**Caderno de Encargos**

**PARTE I**  
**Cláusulas Jurídicas**

**Artigo 1.º**

**Entidade pública contratante**

A entidade pública contratante é o Município de Vila Velha de Ródão, pessoa coletiva 506 642 798 sito na Rua de Santana, 6030-230 Vila Velha de Ródão, com o número de telefone 272 540 300 e correio eletrónico geral@cm-vvrodão.pt.

**Artigo 2.º**

**Objeto**

O objeto do presente procedimento consiste na **Aquisição de Mobiliário para o edifício Casa de Artes e Cultura do Tejo**, de acordo com a descrição apresentada nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos.

**Artigo 3.º**

**Local da entrega**

Os equipamentos objetos deste procedimento deverão ser **entregues no Edifício Casa de Artes e Cultura do Tejo, Vila Velha de Ródão**.

**Artigo 4.º**

**Prazo de entrega**

O fornecimento deverá ser integralmente executado no prazo máximo de **30 dias** a contar da data da publicação do Contrato no Portal dos Contratos Públicos, nos termos do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos.

**Artigo 5.º**

**Condições de pagamento e Faturação**

As condições de pagamento do encargo total do objeto do presente procedimento são as seguintes:

1. O adjudicatário deverá emitir a fatura após a entrega dos bens;
2. Na fatura deve constar o número de compromisso que serviu de suporte à adjudicação;
3. A fatura será paga no prazo máximo de 30 dias da data de emissão;
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, relativamente aos elementos e valores constantes da fatura, esta deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, os

respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **Artigo 6.º**

#### **Preço**

1. Pelo fornecimento dos bens, objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor **o preço constante da proposta adjudicada**, que se estima em 4. 310,00€ (quatro mil trezentos e dez euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor
2. O preço referido no número anterior **inclui todos os custos, encargos e despesas** cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público;
3. O montante estimado referido no número 1 do presente artigo que deve considerar-se o preço base, nos termos do art.º 47 do CCP como montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todos os fornecimentos que constituem o objeto do contrato.

### **Artigo 7.º**

#### **Obrigações do Adjudicatário**

1. O adjudicatário obriga-se a entregar os bens, objeto do presente procedimento com as características, especificações técnicas e requisitos previstos neste Caderno de Encargos;
2. A entidade adjudicatária é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou anomalia dos mesmos, bem como pelas eventuais diferenças entre os bens fornecidos e o solicitado no Caderno de Encargos;
3. A entidade adjudicatária obriga-se a entregar os bens, objeto do presente procedimento dentro do prazo estipulado no art.º 4.

### **Artigo 8.º**

#### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante compromete-se a pagar a fatura dentro do prazo referido no presente caderno de encargos.

### **Artigo 9.º**

#### **Contrato**

Não há lugar a celebração de contrato escrito, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na redação do Decreto-lei n.º. 111-B/2017 de 31 de agosto.

---

**Artigo 10.º****Prevalência**

1. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a) Os esclarecimentos e as retificações ao caderno de encargos identificados pelo adjudicatário, desde que esses esclarecimentos e as retificações tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, quando a eles houver lugar;
  - b) O caderno de encargos;
  - c) A proposta adjudicada;
  - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, quando a eles houver lugar.
2. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

**Artigo 11.º****Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificada no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Artigo 12.º****Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
3. Exclui-se o dever de sigilo previsto na informação e na documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

---

**Artigo 13.º****Penalidades**

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados e por causa imputável ao adjudicatário, quando não fundamentado como caso de força maior, e por tal reconhecido por esta Câmara, poderá ser aplicada uma penalidade diária de 100,00 euros.
2. Se tal demora exceder o prazo de execução do contrato, poderá a Câmara Municipal rescindir o contrato, com perda para o adjudicatário do valor adjudicado;

**Artigo 14.º****Garantias**

Para todos os equipamentos, caso não sejam solicitados outros, os prazos de garantia legais deverão ser assegurados, sendo que, os mesmos deverão ser apresentados na proposta.

**Artigo 15.º****Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;
2. Podem constituir motivos de força maior, caso se venha a verificar os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

- 
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte;
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Artigo 16.º**

##### **Resolução de litígios – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do procedimento fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Artigo 17.º**

##### **Proteção de dados pessoais**

O adjudicatário obriga-se a cumprir a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 8 agosto), ou diploma legal que sobrevier, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), ficando obrigado, nomeadamente:

1. A garantir o dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com a entidade adjudicante, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional;
2. Não utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços à entidade adjudicante, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros;
3. A garantir o dever de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o adjudicatário e a entidade adjudicante e também depois do final da relação entre o adjudicatário e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços;
4. A devolver, mediante solicitação por escrito da entidade adjudicante, todos os documentos e registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso por virtude dos contactos profissionais com a entidade adjudicante;
5. Notificar imediatamente a entidade adjudicante caso perca a informação e/ou dados pessoais ou parte deles, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

**Artigo 18.º****Legislação Aplicável**

Para todas as matérias não contempladas, relativas ao procedimento e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na redação do Decreto-lei nº. 111-B/2017 de 31 de agosto, e demais legislações aplicáveis.

---

**PARTE II****Especificações Técnicas**

Fornecimento de **mobiliário** de acordo com as seguintes características, quantidades:

- **Mesa com tampo rebatível** em melamina de faia 25mm, com rodas, estrutura em preto. Dimensões: 1400x800mm. Quantidade: 4
- **Cadeira rebatível.** Estrutura metálica de 4 pés, pintada a cinza. Costa e assento em polipropileno em branco. Quantidade: 30
- **Mesa de reunião,** estrutura 4 pés em cinza alumínio, tampo em melamina faia. Dimensões: 1800x650mm. Quantidade: 1
- **Mesa de reunião,** estrutura 4 pés em cinza alumínio, tampo em melamina faia. Dimensões: 1400x650mm. Quantidade: 4
- **Cadeira de 4 pés,** estrutura em preto, assento e costas revestidas a tecido preto. Quantidade: 25
- **Cadeira rodada JOB,** costa alta com regulação em altura e sistema multiponto, mecanismo sincron, base piramidal em preto. Revestida a tecido preto. Com braços reguláveis em altura. Quantidade: 1